

**A ARITMÉTICA NA ESCOLA NORMAL  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: 1890-1950**

Marcelo Ferreira Martins Salvador  
UNIAN/SP  
marcelosalvador@terra.com.br

**RESUMO**

O trabalho expõe a proposta inicial do projeto de pesquisa de doutorado. Esta investigação tem como finalidade analisar o ensino de Aritmética na Escola Normal da cidade do Rio de Janeiro, no período de 1890 até 1950. O aporte teórico-metodológico é construído na perspectiva da Nova História Cultural (CERTEAU, 1982; BURKE, 1992), e centra-se mais especificamente na história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990), na cultura escolar (JULIA, 2001) e na história dos livros escolares (CHOPPIN, 2004). Os dados serão coletados através de uma relação entre fontes primárias, tais como legislações, livros, relatos do período.

**Palavras-chave:** História Cultural; Escola Normal; Rio de Janeiro; Matemática.

**INTRODUÇÃO**

Faço parte de um grupo de pesquisa na linha de pesquisa em História da Educação Matemática da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN), que por sua vez encontra-se inserido em um grupo interinstitucional, denominado Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT). Meu estudo, em fase inicial, insere-se em um dos projetos que está em desenvolvimento no GHEMAT “A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectivas histórico-comparativa, 1890-1970”, coordenado pelo professor Wagner Rodrigues Valente. Assim sendo, minha tese tem como objetivo encontrar e analisar vestígios históricos sobre a Aritmética ensinada na Escola Normal criada na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1890 a 1950 e intenta responder as seguintes questões:

- ✓ Como se processaram as modificações nas propostas curriculares na Escola Normal na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 a 1950, no que concerne ao ensino de Aritmética?
- ✓ Quais foram os livros adotados por esta escola neste período?

- ✓ Como a partir desses livros, das legislações e de outros indícios possíveis de se localizar, é possível realizar a leitura das propostas didático-metodológicas de ensino?

## **APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO**

A pesquisa recém iniciada visa mostrar que alterações se processaram na proposta curricular na formação do professor primário na Escola Normal da cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1890 até 1950, particularizando as abordagens sobre o ensino de Aritmética. Apesar de o projeto a que estamos vinculados iniciar-se em 1890, ano da Proclamação da República no Brasil, a procura de vestígios inicia-se em 1880, quando surgiu uma experiência significativa de criação de escola normal na cidade do Rio de Janeiro.

Desde 1835 realizaram-se tentativas de criação de escolas normais na Província do Rio de Janeiro, mas quase todas ocorreram na cidade de Niterói. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, espaço que na época correspondia ao Município Neutro (ou da Corte), a primeira tentativa neste sentido aconteceu em 1874: foi de iniciativa de um grupo de professores, apesar de contar com apoio financeiro do governo (TANURI, 2000; LOPES, 2012), mas foi fechada no ano seguinte.

A escola normal da Corte foi criada em 1876 pelo Decreto nº 6370 de 30.11.1876, que, aliás, determinou o estabelecimento de duas, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, com três anos de curso (Tanuri, 1970.p. 25). Entretanto, apenas em 1880 o estabelecimento destinado à formação dos professores primários foi instalado, sob o regime do regulamento de 06 de março, uma única e mista, com um curso sem duração definida, dependendo apenas da aprovação em séries de exames que podiam ser acumulados (idem. Ibidem. p.25-6). No decorrer deste ano se reconheceu a necessidade de se alterar o mesmo regulamento, e por decreto de 16 de março de 1881 foi mandado observar outro regulamento. A escola não tinha um prédio próprio funcionando durante muito tempo na escola politécnica, cuja frequência era muito reduzida. (MANCINI e MONARCHA, 2003)

A Escola Normal da Corte foi criada pelo Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880, onde pode-se encontrar o regulamento para seu funcionamento e, ao lê-lo, vê-se especificações sobre a Aritmética exigida na seleção dos candidatos (no artigo 5º, §2º, consta que lhes será cobrado “as quatro operações fundamentais de aritmética”). Já enquanto aluno, haverá na primeira série o estudo de Aritmética e na segunda série, além da Álgebra até equação do 2º grau, o de Geometria plana e no espaço.

## XII Seminário Temático Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

Foi esta escola surgida em 1880, enquanto esta cidade ainda correspondia ao Município Neutro, que após algumas mudanças de instalações, veio em 1930 a se instalar no prédio da Rua Mariz e Barros, onde se encontra até a presente data. O nome dessa instituição sofreu alterações ao longo deste período: Escola Normal da Corte (1880 a 1889), Escola Normal do Distrito Federal (1889 a 1932), Instituto de Educação (1932 a 1960), Instituto de Educação da Guanabara (1960 a 1975), Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1975 a 1990) e Instituto Superior do Estado do Rio de Janeiro (a partir de 1997).

**Figura 1** – Instituto de Educação (foto dos anos cinquenta)



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=877776&page=38>

Esta investigação, de cunho histórico, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, tem o aporte da História Cultural (BLOCH, 2001; CERTEAU, 1982; BURKE, 1992). Mas o que vem a ser esta classificação? Na virada dos séculos XIX para o XX veio se processando uma ruptura com a história narrativa, de visão positivista, que enaltecia a vida e a obra de grandes personalidades, sem dar voz às pessoas comuns, baseando-se unicamente em registros oficiais, negligenciando outras fontes (BURKE, 1992).

Esta visão de se “fazer história” mudou ao longo do século XX. Pelo menos desde o enfoque apresentado por Bloch (2001), o historiador seleciona dados do passado e com ele tece os fatos históricos que deseja pesquisar de forma a entendê-los em todo contexto cultural em que foram produzidos. Coleta dados que considera significativos, os enredando no tempo-espaço e o que produz é “uma história” sobre os fatos que escolheu para pesquisar. Sobre a constituição desse tipo de investigação, Valente (2007, p.13) diz que “os fatos históricos são construídos a partir de traços, de rastros deixados no presente pelo

passado. Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir fatos.” Valente (2007) levanta questões: qual procedimento para estabelecer os fatos? Qual método a seguir? Citando Antoine Prost (2008), conclui que um fato é uma construção realizada pelo historiador a partir das marcas do passado e que é fundamental que este pesquisador sempre questione as fontes encontradas, ou seja, não haverá fatos históricos sem as prévias questões do historiador.

Todo este movimento de mudança no enfoque de se produzir história caracteriza a História Cultural. Mas como esta história passa a ser considerada como Nova História Cultural? Na verdade isto, grosso modo, ocorre já nas últimas décadas do século passado, quando o historiador, sem perder a visão do todo, da cultura em que os momentos estudados foram vividos, ele se preocupa em oscilar entre visões “micro” e “macro” dos acontecimentos. Isto é, no meu caso, mesmo ao olhar para as alterações que se processaram na proposta curricular de Matemática na cidade do Rio de Janeiro, no período entre os momentos que antecederam a Proclamação da República até 1970, não posso perder o olhar do todo; no como as articulações entre esta proposta e o entorno estavam se dando.

Nunca é demais lembrar que este aporte teórico trás ao reboque uma metodologia que lhe é intrínseca e, por isso, não há como separá-las, como no caso de pesquisas vinculadas a outras linhas de pesquisa e/ou outras bases teóricas: a teoria e a metodologia aqui utilizada caminham juntas.

No período avaliado, podemos observar alterações na cultura escolar e, em consequência, nos conteúdos matemáticos abordados. Os programas elaborados para a Escola Normal em 1894, 1899, 1902, 1904 e 1915 analisados citam vários livros didáticos. Ao analisar os livros citados, sob o olhar histórico, tomarei por base os estudos de Choppin (2004). Esse pesquisador destaca que os livros escolares assumem múltiplas funções, considerando o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os métodos e as formas de utilização. Afirma que nessa análise dos livros é possível perceber-se alguma das seguintes funções: referencial, instrumental, ideológica e documental.

A função referencial ou programática ou curricular mostra o papel do livro escolar como tradução do programa. “[...] ele constitui o suporte pedagógicos dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.”. A instrumental “[...] propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos” ou outras habilidades de estudos. A função ideológica cultural é sinalizada

---

por Choppin sendo a mais antiga, pois o livro didático se posiciona como um dos ícones da língua, da cultura e das classes. Já a documental crê “[...] que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Nesse sentido, a análise de manuais escolares possibilita conhecer e compreender saberes matemáticos de professores da Escola Normal. Através de edições de livros didáticos antigos é possível ao historiador levantar hipóteses sobre a cultura escolar de cada época. Os programas também nos dão pistas sobre os caminhos pedagógicos percorridos.

Chervel, falando sobre a história das disciplinas escolares, coloca:

O estudo da evolução das disciplinas, conteúdos e exercícios, mostra que as práticas de estimulação do interesse do aluno estão constantemente em ação nos arranjos mínimos e importantes que eles sofrem. Toda inovação, todo novo método chama a atenção dos mestres por uma maior facilidade, um interesse mais manifesto entre os alunos, o novo gosto que eles vão encontrar ao fazer os exercícios, a maior modernidade dos textos que se lhes submete. (CHERVEL, 1990, p.205).

É dessa articulação entre professores e alunos que, como “fruto de um diálogo secular” (CHERVEL, 1990, p.222), vão se constituindo as disciplinas escolares e se passando de uma cultura escolar a outra, que segundo Julia (2001, p.10) é “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” e que somente a pesquisa histórica será capaz de desvendar.

Tomando, pois, os livros didáticos como fonte primordial para a realização desta investigação, cumpre destacar que não descuidaremos de realizar o cruzamento com outras fontes, posto que esse diálogo se faz necessário para a análise das mudanças e permanências efetuadas nas propostas curriculares para o ensino da Matemática na Escola Normal do Rio de Janeiro. Dentre estas outras fontes, além das já mencionadas, procuraremos vestígios em arquivos institucionais e pessoais, estes últimos ainda a serem elencados.

Christophe Prochasson (1998), que centra suas pesquisas em arquivos, diferencia “três grandes tipos de documentação que constituem o maná dos historiadores em geral: os arquivos administrativos, os arquivos privados, e as obras, publicadas ou não”

(PROCHASSON, 1998, p. 106), embora destaque a importância dos arquivos privados para a renovação das práticas historiográficas.

Dois fatores, ligados, aliás, um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas. (PROCHASSON, 1998, p. 109-110)

É através de dados que constam dos arquivos pessoais, ali postos de forma quase sempre aleatória por seus donos, que percebemos caminhos a percorrer sobre suas vidas, produções, atuações e experiências. Ali estão os meandros para que o historiador mergulhe na micro história, tão característica das produções historiográficas das últimas décadas do século XX, base da Nova História Cultural.

Prochasson lembra que “[...] o documento pessoal parece sempre trazer uma mensagem de verdade” (1998, p. 114), mas é preciso que o pesquisador não se descuide e exerça constantemente a crítica sobre aquele tipo de fonte.

Nem por isso deixa de ser verdade que o interesse pelos arquivos privados corresponde ao desenvolvimento de novas perspectivas historiográficas. [...] Se os arquivos privados não nos ensinam alguma coisa de "mais verdadeiro", eles nos asseguram uma mudança de foco (PROCHASSON, 1998, p. 117).

Assim como Prochasson nos relata, será preciso me policiar e confrontar com outras fontes selecionadas, tais como depoimentos, a fim de se aceitar como verdadeira ou não as informações coletadas.

Ao pesquisar o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), no interior do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, tomamos ciência da existência de materiais, tais como registros de alunos, atas, uniformes, arquivos pessoais doados por algumas alunas que nos fornecem traços da trajetória da história desta instituição. A análise de materiais da Biblioteca do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), onde já encontramos vários livros sinalizados em documentos encontrados no CMEB, também nos será muito útil.

Outros arquivos institucionais e bibliotecas deverão ser consultados. Alguns já identificados são: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Todos os dados selecionados ao longo desta busca serão analisados e confrontados a fim de nos permitir delinear uma história do ensino de Aritmética desta primeira Escola Normal, de iniciativa totalmente pública, na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre as pesquisas do tema abordado, o que se constata que há um grande número de publicações abordando a Escola Normal, um tema de inúmeras pesquisas na História da Educação. Entretanto, no que tange aos estudos sobre a Matemática, podemos dizer que são escassos estes estudos do ensino primário e a formação de professores, em especial, sobre o ensino de Matemática na Escola Normal da cidade do Rio de Janeiro. Podemos citar a dissertação de Almeida (2013), que retrata um estudo comparativo entre os Institutos de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo, num recorte temporal da década de 30.

Embora sem se detalhar na formação em Álgebra e Geometria, mas tratando da Escola Normal e a formação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, temos algumas publicações: Accácio (s/ d), nos mostra a política educacional da Escola Normal, que foi conduzida por reformadores da educação brasileira dos anos 20 e 30 do século XX, ressaltando as transformações e modificações feitas no movimento de mudança da educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta investigação cobre um período em que, em grande parte, a cidade do Rio de Janeiro foi o Distrito Federal, e portanto foi referência para a formação e a função de professores primários. Buscar historicamente, de forma detalhada, o que e o como se processou o ensino de Aritmética dessa Escola Normal da cidade do Rio de Janeiro, faz-se pertinente, uma vez que a extensão temporal da pesquisa compreende diversas alterações na formação do professor primário no Brasil. Nesse sentido, tenta levantar historicamente as alterações sofridas na cultura escolar destas normalistas, nos saberes em Aritmética e Geometria veiculados e marcos sobre as metodologias envolvidas, é fundamental para a compreensão de História da Educação Matemática neste segmento de ensino.

## **REFERÊNCIAS**

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Formando o Professor Primário: A escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. s/ d. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Liete\\_Oliveira\\_Accacio\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Liete_Oliveira_Accacio_artigo.pdf). Acesso em 18 de julho de 2014.

ALMEIDA, Denis Herbert. A Matemática na formação do professor primário nos Institutos de Educação de São Paulo e Rio de Janeiro (1932-1938). Dissertação de Mestrado em Ciências no Programa de Pós-Graduação: Educação e Saúde na Infância e na

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

---

Adolescência, UNIFESP, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104970>. Acesso em 03 de maio de 2014.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. [Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: A escrita da história: novas perspectivas. SP: Unesp, 1992, pp. 7-38.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: Panorâmica, n.2, 1990, p.177-229.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: Educação e Pesquisa, FEUSP, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004, p.549-566.

LOPES, Sonia Maria de Castro Nogueira. Instituto de Educação do Rio de Janeiro: fragmentos da memória revisitada (1932-45). Anais do XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH, João Pessoa, 2003. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0468.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

MANCINI, Ana Paula Gomes e MONARCHA, Carlos. Escola Normal da Corte (1876-1889): contribuição para o estudo das instituições de formação de professores no Império. In Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, RN, 2002. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0339.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. In Revista Estudos Históricos, Vol. 11, n. 21, 1998. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>. Acesso em 29 de agosto de 2014.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. In Revista Brasileira de Educação, n 14, mai/ jun/ jul/ ago de 2000 (Número Especial 500 anos de educação escolar), 2000, p. 61-88. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em 29 de agosto de 2014.